O CEARÁ
no panorama cultural do Brasil

O CEARÁ PRÉ-HISTÓRICO

RAIMUNDO GIRÃO
Do Instituto do Ceará

O Ceará Pré-histórico. Os índios. Organização da Família. As primeiras tentativas da colonização: Pero Coelho, Padres Jesuitas, Soares Moreno, Matias Beck.

É ponto histórico hoje fora de dúvida que o descobrimento do Brasil se deu nas costas cearenses, aqui tocando, pela primeira vez, antes dois meses que Pedro Álvares Cabral o faria nas costas baianas, o espanhol Vicente Yanes Pinzón.

Comandando uma frota constituída de quatro caravelas, nas quais embarcaram muitos velhos marinheiros, bons conhecedores, portanto, dos horizontes da América, veio ter Pinzón, mais provavelmente no dia 2 de fevereiro de 1500, a um ponto do continente americano, onde com sua gente desembarcou. E porque o litoral aí era muito árido, deixou-o de logo e, prosseguindo em direção norte, chegou a frota a outro ponto litorâneo, onde desceram, demoraram os seus homens em atividades curiosas e plantaram uma grande cruz de madeira. Este segundo ponto é a enseada do Mucuripe, e o lugar exato do desembarque é o em que se acha instalado o Iate Clube. A este cabo ou ponta dominante foi dado o nome de Rostro Hermoso de la Consolación. O primeiro desembarque fora na ponta da Jabarana ou do Retiro Grande, no Município de Aracati e que recebeu o nome de Santa Maria de la Consolación.

Não foi pacífico determinar o local em que de início desembarcou Pinzón, mas das versões suscitadas a mais comprovada a do Dr. Tomás Pompeu Sobrinho, o Grande Mestre dadas na sua substanciosa obra — PROTO-HISTÓRIA CEARENSE, 2.ª edição da Imprensa Universitária, 1980.

Daí por diante, o Ceará quedou desconhecido mesmo depois que, em 1530, resolveu o rei D. João III, de Portugal, utilizar-se, para melhor garantir a posse da terra descoberta *oficialmente* por Álvares Cabral, do sistema de confiar a pessoas de sua nobreza, quinhões de terras do Brasil, para que as explorasse convenientemente.

Chamaram-se Donatários esses quinhões e na virtual área de três destas se acha colocado o território do Ceará:

1) a de cerca de 100 léguas de frente, costa acima, concedida a João de Barros em parceria com Aires da Cunha, e limitada entre a ponta dos Búzios e a enseada dos negros, que é para alguns, a foz do rio Jaguaribe, para outros a enseada do Iguape, ou ainda para terceiros, a enseada do Curumicoara, hoje foz do rio São Gonçalo;

2) a de 40 léguas, deste último ponto ao rio da Cruz ou rio Camocim, dada a Antonio Cardoso de Barros e mais propriamente chamada Capitania do Ceará; e

3) a com que foi aquinhoado Fernão Álvares de Andrade, medindo 75 léguas a contar do rio Camocim até a ponta dos Mangues Secos, no Maranhão.

Não tiveram êxito na sua quase totalidade essas Donatarias e por isso as costas cearenses ficaram livres à ação de piratas, a negociarem clandestinamente com os índios locais, notadamente corsários franceses, que nunca perdiam a esperança de conquistar as terras que lhes forneciam o tão procurado pau-brasil.

Até que, no intuito de desalojarem estes do norte do Brasil, onde pretendiam instalar uma França Equinocial, deliberou o governo português apoiar-se a expedição que no Maranhão faria o açoriano Pero Coelho de Sousa, residente na Paraíba e homem afeito às aventuras guerreiras.

Organizada a expedição, munido de um *regimento* e com o título de Capitão-mor, a fim de melhor assegurar a obediência dos seus homens, em julho do ano de 1603 — mais de cem anos decorridos da chegada de Álvares Cabral à Bahia — saiu ela ocupando três caravelhões carregados de mantimentos, munições e quinquilharias, com a recomendação de aguardarem na foz do Jaguaribe a chegada do chefe.

Após longa viagem toda cheia de sobressaltos, chegaram ao pé da serra da Ibiapaba, onde começaram a ser hostilizados pelos índios, aliados a alguns franceses com suas armas de fogo. Houve luta feroz por fim dominou a expedição as aldeias dos caciques Diabo Grande (Juripariguaçu) e Mel Redondo (Irapuá), os quais com ele juraram a paz e se fizeram seus

amigos. Querendo prosseguir na jornada até o Maranhão, Pero Coelho viu, já às margens do rio Parnaíba, então denominado Punaré, que os seus soldados se recusavam a ir para diante, o que o obrigou a retornar, fixando-se na barra do rio Ceará, também ao tempo conhecido por Piraji. Aí, à margem direita construiu um pequeno forte de madeira e, demonstrando o intuito de permanecer, deu ao pequeno povoado que seria formado em torno deste forte o nome de Nova Lisboa, chamando à região da Nova Lusitânia.

Viajou a Parnaíba, de onde trouxe a família — mulher e filhos, mas sobrevindo a seca de 1605-1606, foi obrigado a voltar ao seu ponto de partida, o que fez com enormes sacrifícios, inclusive a morte de um dos filhos e de um dos seus soldados, frustrando-se deste modo essa primeira tentativa de colonização do território cearense.

* * *

Mal se aproximava da Paraíba, já outra tentativa se organizava para chegar ao Maranhão.

Ao contrário da expedição coelhina, de fins especulativos, a viagem dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira teve caráter evangélico. Parece não assistir razão a Soares Moreno quando insinua terem eles vindo "em demanda de umas minas que dizem os franceses que estão na serra do Punaré".

Ambos da companhia de Jesus, cujo provincial — Fernão Cardim, — depois de obtida a licença régia, os mandou com o intento de pregar à gentilidade do Maranhão, fazendo-a "deitar de si os franceses corsários que lá residem para que, indo os portugueses, não os vexassem nem cativassem".

Partiram-se os dois em 20 de janeiro de 1607, de Pernambuco, numa barcaça que, devendo voltar carregada de sal, iria ao Jaguaribe.

Naquele rio, e por intermédio dos antigos índios escravizados, puseram-se em contato com os aborígines locais, tranqüilizando-os e agrupando-os, e deslocaram-se todos, em direção ao Norte, a 2 de fevereiro, dia de N. Senhora das Candeias, "depois de dizer-se missa e comungarem alguns dos nossos".

Marcharam os padres em jeito de peregrinos — conta Luís Figueira na minuciosa Relação do Maranhão, — logo pela manhã rezando o "itinerário" e as ladainhas de N. Senhora, e depois, entre dia, a dos Santos. Bordões e cabaças de água à mão, caminhavam, orando repetidamente, em etapas de meia, uma, duas e três léguas, acomodando-se ao passo dos que levavam as cargas e as crianças.

Os reconhecimentos do terreno eram feitos pelos nativos jaguaribaras e, assim, atravessando a inverneira, no dia 2 de

março chegaram ao Pará (Parazinho), "uma formosa e quieta enseada", onde encontraram "aposentados os índios (50 a 60) que proximamente tinham fugido aos portugueses e cujo principal se chamava Acajui", os quais os receberam "como vindos do Céu", abrigando-os numa choupana de palha, "com fogo para enxugá-los e presentes de peixe para matar-lhes a fome".

Cinco dias aí permaneceram em descanso e preparando provisões para a nova caminhada e, já então mais pelo interior, a fim de se desviarem dos rios cheios no litoral, rumaram à serra da Buapava (Ibiapaba), pois a intenção "em a irmos demandar foi para nela nos refazermos de mantimentos e mandarmos daí ao Maranhão a tomar língua do estado das coisas, principalmente se havia franceses", tal como se declara na aludida Relação.

Saiu-lhes desfavorável, entretanto, o afastamento do mar, porque, metendo-se por matos e brenhas, "a mor parte do caminho com lamas e águas até o joelho" tiveram que atravessar a "serra dos corvos" (Uruburetama), rompendo picada "a força de braço e ferro, subindo e descendo montes e rochedos, saltando de pedra em pedra, ora para as nuvens, ora para os abismos".

Poderiam ter logrado a meta em pouco tempo, 20 dias se tanto, mas só o fizeram em muitos dias, cerca de dois meses, esgotadas as comidas e as resistências.

"Nessa triste serra dos Corvos — salienta Figueira — parece que se ajuntaram todas as pragas do Brasil, inumeráveis cobras e aranhas a que chamam caranguejeiras, peçonhentíssimas, de cuja mordedura se diz que morrem os homens, carrapatos sem conta, mosquitos e moscas que magoam estranhamente e ferem como lancetas".

Atingida a Serra Grande, numa pequena aldeia os recebeu o principal com a sua gente, oferecendo-lhe macaxeira cozida, um tanto de sal e pimenta da terra, espigas de milho, palmitos e abóboras, e agasalhando-os em sua choças. Aquela cordilheira, outrora campo movimentado de 70 núcleos de gentios, apresentava-se-lhes semideserta, dado que "depois de os brancos lá irem e os receberam no princípio com guerras se foram todos para o Maranhão com medo".

Dessa primeira aldeia transferiram-se à do Diabo-Grande (Juripariaçu), tendo vindo para conduzi-lo um irmão deste de nome Diabo-Ligeiro, com outros índios, os quais lhes ofertaram milhos e feijões.

Onze dias gastaram para lá chegar, já sem forças, razão por que, no fim da jornada, foram transportados em redes, sendo afinal acolhidos, com especiais festas e alegrias, pelo

valente cacique "ao meio do caminho, meia légua da aldeia, com todos os principais e algumas mulheres com seus presentes e eles todos com as suas buzinas, gaitas e cascavéis, que são seus instrumentos músicos".

Demoraram-se aí cerca de quatro meses preocupados com o chamar a si selvagens mais distantes, reunindo-os numa igrejinha que improvisaram e expondo-lhes coisas sobre a morte e sobre a existência de um Deus diferente daqueles por eles temidos "os chuveiros, trovões e relâmpagos", aos quais muito temiam e reverenciavam, "pondo-se de cócoras e pedindo aos trovões que não os matassem e aos relâmpagos que os não queimassem".

Sobremodo os ajudou durante todo esse tempo o Diabo-Grande, que lhes proporcionou uma roçazinha de milho e outra de mandioca; e também a mulher de um dos principais, constantemente a presenteá-los como se os padres fossem seus filhos.

E porque não tivessem efeito os chamamentos que fizeram, apenas os visitando o chefe Algodão em companhia de um filho do maioral Cobra-Azul, deliberaram ir adiante, partindo todos em 17 de outubro.

Já afastados doze léguas, encontraram o morubixaba Mandiaré e índios seus, chegados do Maranhão, e por isso resolveram demorar nesse ponto, para nova embaixada aos tapuias tocarijus, desgraçadamente fracassada, visto que eles mataram os emissários, queimando-os vivos, exceto um aproveitado como guia para os levar ao ponto de repouso da comitiva.

Intranqüilos com o não retorno dos enviados e prevendo graves conseqüências, abandonaram a idéia de seguir para o Maranhão e trataram de descer a serra em busca do mar, expedindo, por intermédio de um positivo, ao provincial e ao Governador-Geral, cartas explicativas da resolução.

Realizaram-se as previsões: no dia 11 de janeiro de 1608, pela manhã, saía o índio portador das missivas e eis que os tocarijus de súbito apareceram em furioso ataque. O padre Pinto, que estava em casa rezando as horas menores, acorreu ao campo, defendido por alguns dos seus, inclusive o fiel Antônio Caraibpocu.

Não escapou o missionário, nem escaparam os defensores, às pauladas dos atacantes, reduzida a cabeça daquele a pedaços, o mesmo não acontecendo a Figueira porque, achando-se em choupana mais ao lado, pôde retirar-se à pressa guiado por um rapazinho, que o pôs a salvo, escondido no mato.

Roubaram o que puderam roubar. "Levaram tudo da Igreja

e a nossa roupinha que tínhamos guardada para o restante da nossa missão e tudo o mais" — lamenta o padre Luís.

Apanhando o corpo do santo companheiro e pondo-o numa rede, com ele desceu o padre sobrevivente, sepultando-o ao pé da montanha, no lugar denominado Abaiara (Ubajara?), "ao longo de um rio, dentro do mato", fazendo-lhe um monumento de pedra sobre a sepultura para sinal dela e pondo-lhe também uma cruz à cabeceira. À direita e à esquerda enterrou um índio — os dois que mais de perto lutaram pelo padre morto.

Diabo-Grande — narra-se na Relação — celebrou as exéquias do padre Pinto a seu modo, mandando se fizessem grandes e públicos prantos por toda a aldeia. "Ao pé da cruz que no terreiro haviam levantado, lamentaram-se em grandes gritos e derramando muitas lágrimas, deixando crescer o cabelo os filhos do maioral e tingindo-se e tisnando-se em sinal de tristeza, que é o seu luto".

Figueira depois de 17 dias de caminhada, tomou na praia a casa do Cobra-Azul, que lhe fez medíocre agasalho: "recolhendo-me numa casinha que me tinham mandado fazer, deu-me uma roça para plantar milho e eu fiz outra e comprei outra, e fiz plantar de milho, feijões, favas e abóboras."

Decorridos seis meses angustiosos, noites inteiras em vigília, deliberou abandonar a aldeia, e, protegido pelo filho mais velho do Cobra-Azul, que contra o pai se pusera em favor do jesuíta, saiu com o seu séquito, para a barra do Ceará, onde os receberam "com festas, caminhos feitos, emboscadas simbólicas, tamborins etc. e uma casinha muito bonita de pindoba".

Congregando os índios moradores nos lugares circunvizinhos e aconselhando-os a plantarem em comum as suas roças. Figueira ergueu no mesmo local em que estivera Pero Coelho "uma formosa cruz de cedro lavrado", no dia de São Lourenço — 10 de agosto — e deu ao povoado o nome deste santo, deixando "aqueles índios animados e com a esperança de que os brancos não mais os escravizariam, nem lhes fariam guerra".

Em 19 do mesmo mês de agosto, légua e meia em caminho para o Rio Grande, recebeu um escrito do padre Gaspar de Samperes, dizendo-lhes haver chegado ao Siará, com o fim de socorrê-lo, num barco cedido por Jerônimo de Albuquerque. No dia seguinte embarcou-se, verificando, então, a providencial coincidência do seu encontro, pois os tripulantes da embarcação, "cuidando que estavam em um porto se acharam noutro", exatamente ali.

Lá chegados, já em setembro, foram "recebidos com muita alegria de Jerônimo de Albuquerque e Antônio Ferreira, tenen-

te, e dos demais, e com muita caridade dos padres Domingos Monteiro e Diogo Nunes".

Mais tarde, retirou-se Figueira para Pernambuco.

Os índios do Siará, amedrontados com a seca então reinante (1612), trouxeram da Ibiapaba os ossos do padre Pinto, deles fazendo objeto de veneração, acreditando-os protetores das chuvas ou do sol (amanaiara), segundo daquelas ou deste necessitavam, nas suas aflições.

* * *

Nova investida far-se-ia, pois era imprescindível expulsar do Maranhão os franceses, e agora cinco anos depois que do Recife haviam saído os padres jesuítas em busca do Maranhão, dava ao Siará o moço português Martim Soares Moreno, em companhia do Padre Baltasar João Correia e apenas seis soldados, com o fim mais imediato de pôr em prática, na região, a posse lusa. Chegaram em fins de 1611.

"Sendo de pouca idade" — dezessete ou dezoito anos — passara-se ao Brasil, compondo a gente do governador Diogo Botelho, e mal chegado a Pernambuco o incorporou Diogo de Campos Moreno, de quem era sobrinho, à expedição de Pero Coelho, para que, "servindo naquela entrada, aprendesse a língua dos índios e seus costumes, dando-se com eles e fazendo-se mui familiar". Viera, portanto, ao Ceará, pela primeira vez, como simples soldado daquele bandeirante, e fielmente honrou os desejos do tio, dominando o linguajar dos nativos e adaptando-se, à maravilha, aos seus hábitos e processos: "aprendi muita parte da língua daqueles índios e travei com eles particular amizade" escreveu na sua tão interessante *Relação do Siará,* escrita em 1618.

Servia como tenente no forte dos Reis Magos no Rio Grande do Norte e, aproveitando-se das boas relações feitas com o tuxaua Jacaúna, tivera ensejo, arriscando-se com dois homens tão-só, de "se meter com os moradores daquela Costa até Siará", aconselhando fosse um deles consigo à Bahia pedir ao governador Diogo de Meneses padre que os fizesse cristãos. E foi em face desse peditório que D. Diogo resolveu mandá-lo com o padre Baltasar, "negociado de todas as coisas necessárias" e, especialmente, encarregá-lo de "comerciar-se por terra com os naturais do Maranhão para se fazer aquela conquista".

Achou-se "muito bem recebido, logo em poucos dias fez igreja e com os retábulos que levou se disse missa e se fizeram muitos índios cristãos".

Não lhe foi fácil neutralizar os receios e ódios da indiada, sempre em guarda desde as "sem-razões" que lhe causara a

gente de Pero Coelho e, por isso, tanto agüentava a reação dos gentios mais rebeldes, como os assaltos com que, por mar, o fustigavam os piratas, de quando a quando.

Refere ele próprio, na *Relação*, enfaticamente, que no ano de sua vinda degolou mais de duzentos desses flibusteiros franceses e flamengos, e lhes tomou três navios, um dos quais enviado ao Rei, "toda a proa e popa douradas".

Para consegui-lo — são palavras suas — "me despia nu e me rapava a barba, tingindo de negro, como um arco e frechas, ajudando-me de índios, falando-lhes de contínuo a língua e perguntando-lhes o que já sabia bem fazer". Nesse mesmo ano entrou em pazes com três castas de tapuias ali vizinhos e por meio deles teve notícias do Maranhão, "gastando sempre muito de minha fazenda para fazer estas pazes".

Fora preciso antes de tudo levantar um fortim de proteção, o que, de fato, realizou no local do antigo de Pero Coelho, na barra do Ceará, com os auxílios sempre solícitos do cacique Jacaúna. O início dessa defensão deu-se em 20 de janeiro de 1612.

Era uma paliçada "capaz de 200 homens, soldados e moradores", e com uma ermidazinha de taipa, ao lado, sob a invocação de N. Senhora do Amparo. Ao forte deu o nome de São Sebastião e, para armá-lo, não contou de logo senão com duas peças de menor calibre e uma guarnição de dezesseis homens e um sargento.

Reavivadas as providências reais para a conquista do Maranhão, teve a incumbência de ir até lá Jerônimo de Albuquerque. Saindo este de Pernambuco em junho de 1613, ao tocar o Ceará, levou como lugar-tenente a Soares Moreno, que deixou a sua pobre fortificação confiada a Estêvão de Campos.

O fortim de São Sebastião, no Siará na ausência de Martim Soares, teve de suportar várias investidas de piratas, principalmente em 1614, das forças do francês Du Prat, a que heroicamente resistiu, graças aos encorajamentos do padre Baltasar.

Moreno voltou ao Brasil em 1615 e novamente esteve a combater no Maranhão, auxiliando eficazmente a Alexandre de Moura na expulsão definitiva dos normandos.

Doente de uma fístula, que se tornara crônica, pediu fosse substituído no posto de Capitão de Cumã, que exercia, e "indo-se a curar dela", navegou em desaparelhado barcote com destino ao Ceará, sendo arrebatado, entretanto, por violenta tempestade e indo ter novamente à ilha de São Domingos (1616).

Encarregado, pelo presidente desta ilha, de conduzir uns navios que seguiam para a Europa, viu-se abordado por um

corsário e, mortos quase todos os seus, acabou preso com vinte e três feridas sérias e mutilado de uma das mãos. Levado à França e "recebendo muito mal tratamento", sofreu dez meses em prisão. Condenado à morte, foi salvo à custa dos esforços do embaixador espanhol, o Duque de Monteleón.

Em Portugal, solicitou repetidamente a natural compensação dos seus valiosos serviços, sendo-lhe por fim conferida, pela Carta-régia de 26 de maio de 1619, a Capitania do Ceará, por dez anos. Posteriormente, marcaram-lhe o ordenado anual de 400 cruzados.

"Hei por bem e me praz de lhe fazer mercê da Capitania da dita Fortaleza do Siará por tempo de dez anos, com a qual haverá o ordenado que por outra minha provisão de fora lhe mandar nomear e os prós e precalços que lhe diretamente pertencerem" — assim se escreve em dita Carta-régia.

Todavia, somente em 1621 pôde tomar conta da concessão. Chegou a 23 de setembro: — "fui muito bem recebido de todos os índios aqui vizinhos, os quais achei muito trabalhados com guerras que uns selvagens circunvizinhos lhes dão, e a uns portugueses que aqui assistem de presídio, da própria maneira. Achei a terra falta de mantimentos causada pela falta de ferramentas, o que já tenho remediado, ficando mui empenhado em Pernambuco" — diz numa carta ao Rei, datada de 1 de novembro do citado ano.

O forte estava quase desaparecido, restando apenas uma arruinada cerca de pau-a-pique, umas cabanas de palha ao derredor, nenhuma pólvora para os canhões estragados.

Remodelou Moreno o que foi possível e requereu com insistência reforços de tropa e alguma artilharia, contando sempre com a ajuda do velho Jacaúna.

Martim continuou no Ceará até o fim do seu provimento como Capitão-mor, cuidando zelosamente dele, introduzindo a criação de cavalgaduras e gado vacum e a plantação das canas-de-açúcar, "que se dão espantosamente", no seu dizer.

Em janeiro de 1631, terminado o prazo de sua provisão, foi substituído pelo sobrinho, Domingos da Veiga, partindo para Pernambuco a lutar contra os holandeses, no que altamente se notabilizou, a ponto de alcançar o título de Mestre de Campo.

Nunca mais voltou ao Ceará e com a sua ausência passou o seu pequeno bastião a definhar cada vez mais, até ser tomado, já em ruínas, pelos holandeses, em 1637.

* * *

Jácome de Noronha, Capitão-mor da Capitania maranhense dizia ao Rei, em carta datada de 29 de maio de 1637: "Ao Ceará não pude mandar este ano socorro por falta de embarcação que tendo aviado não pôde ir e está aquela Capitania sem socorro há dois anos e o capitão e os soldados sem missa por não haver clérigo nem frade que para lá queira ir."

Nem foi preciso executar a deliberação, porque em outubro seguinte os diretores da Companhia das Índias Ocidentais receberam de Gedeon Morris de Jonge, conhecedor das coisas da região, relatório pelo qual eram informados sobre o Maranhão, Pará e Ceará, dizendo-se deste que "não era mais do que um pequeno forte construído na costa sobre um monte de terra vermelha, habitado e guardado por cerca de vinte portugueses para, em caso de necessidade, defenderem-no". Acrescentava-se que "os proveitos que se podem obter e esperar do Ceará são âmbar gris, alguns rolos de fumo, uma sorte de madeira, que é excelente mercadoria, e certa quantidade de algodão". "Esse lugar é também muito fértil e a terra própria para a cana-de-açúcar, fumo, algodão, tintas, gengibre e tudo o mais que se queira plantar; o seu ar é saudável e há abundância de mantimentos."

Já antes de receber esse relato, havia chegado ao Recife dois índios do Ceará, emissários de sua tribo, com o fim de pedirem a ajuda do governador holandês para a tomada do *castelo do Ceará* (o forte) e conseqüente expulsão dos portugueses, com quem se tinham inimistado. Adiantavam que o empreendimento era de todo fácil e que "naquelas cercanias havia belas salinas que podiam dar muito sal e se encontravam também muito âmbar e algodão".

Preparou-se, afinal, uma expedição, sob o comando do major George Gartsman, embarcados os seus 126 soldados e 25 índios cearenses nos iates "Camphaen" e "Brack", em 14 do citado mês de outubro. No dia 25 ancoraram os holandeses na enseada do Mucuripe, no seguinte desembarcaram e, guiados pelo índio Algodão, maioral que com eles viera ter, marcharam à tarde contra o forte. Viram que este era quadrado, sem flancos especiais, tendo duas torres nos dois ângulos, e o atacaram por dois lados. "A muralha do forte era de pedras soltas, sobrepostas sem cal, da altura de homem e meio ou dois homens, foi imediatamente assaltada pelos nossos soldados" e, após alguma resistência, tomada. A guarnição compunha-se de 33 homens, e somente 5 peças de ferro com alguma pólvora e munições o alimentavam. Essas pobres pecas e mais de 227 cabeças de gado deixados pelos ocupantes foram a presa do ligeiro embate.

Desfeito, assim, dum lance, o império dos lusos no Ceará, voltou Gartsman com a sua gente, deixando o forte na posse de 45 soldados ao mando do tenente van Ham, o qual, dois meses depois, em carta ao conde Maurício de Nassau, manifesta as suas decepções, escrevendo que a terra é arenosa e de ruim montanha, imprópria para o plantio da cana-de-açúcar e levantamento de engenhos, não existindo também salinas.

Dos índios "não podia obter o mínimo serviço ou auxílio sem paga", "gente de quem pouco ou nenhum proveito se pode esperar".

Em novembro de 1640, o tenente van Ham foi substituído pelo referido Gedeon de Jonge, que passou a trabalhar com afinco, descobrindo as salinas de Mossoró (Ipanema) e Camucim (Commeni) e preparando partidas de pau-violeta e de âmbar para o transporte dos navios.

Nessas explorações, contudo, os holandeses não tratavam bem os índios, nem lhes pagavam devidamente o trabalho, resultando daí a revolta deles, que em janeiro de 1644 assaltaram a fortaleza, matando toda a guarnição, inclusive o comandante Morris.

Guarda-se dessa fortaleza, perpetuada no livro de Barleus, uma pintura de Frans Post, pela qual se vê como era singela e precária, mesmo depois que os flamengos a reformaram.

Com a sua destruição, terminou o seu significado histórico, na frase de Carlos Studart Filho.

E, decisivamente, frisa Câmara Cascudo: "O fortim de Pero Coelho de Sousa em 1603, a aldeia de S. Lourenço do padre Luís Figueira em 1608, o forte de S. Sebastião de Martim Soares Moreno em 1612 encerram o ciclo histórico em 1644. Topográfica e especificamente distintos da fundação de Matias Beck na duna Marajaitiba, com o Schoonenborch, em 1649. Entre os dois núcleos não existe a continuidade funcional indispensável a uma unidade histórica."

Fechara-se dolorosamente o parêntese holandês da barra do Ceará, aberto com a fácil rendição do fortim de 1612.

Daí para a frente, voltou a terra aos primitivos senhores com a sua bruteza e os seus caciques. A metrópole portuguesa ainda quis uma restauração da sua desfeita posse, chegando a nomear capitães-mores para o Ceará — Diogo Velho de Albuquerque (26 de maio de 1645) e André Roiz, sargento-mor (26 de setembro), mas de todo em vão. Nenhum deles pôde chegar ao destino. Até 1649, o homem branco não pisaria "as alvas praias ensombradas de coqueiros".

Daquela tentativa colonizadora luso-flamenga nada ficou realmente: "nenhuma construção apreciável, nenhum engenho

de açúcar, por menor que fosse, nenhuma irradiação para o interior, nem mesmo qualquer miscigenação que tivesse o mérito de deixar nas veias do nativo a mais mínima gota de sangue português ou holandês."

Outro ciclo, duradouro, iria começar, longe da barra fatídica.

* * *

Necessitada de rendas e desejando reparar as suas finanças, ao mesmo tempo que visava a reassegurar o domínio holandês no Ceará, mandou a este a Companhia uma segunda expedição, às ordens de Matias Beck e constituída de 298 homens.

Conhecem-se as minúcias dessa empresa através do *Diário* escrito pelo comandante, documento de alto valor para a história cearense, incontestado e cuja tradução, cuidadosa, se deve ao historiador pernambucano De. Alfredo de Carvalho. "Documento precioso" — é como o denomina o Barão de Studart.

Nos palavras mesmas de Beck: "Diário de minha viagem ao Siará empreendida ao serviço da Pátria e da Companhia das Índias Ocidentais, de acordo com a comissão de instruções dos Nobres e Poderosos Senhores, comunicando-lhes todo o ocorrido e realidade na mesma viagem."

Embarcaram no Recife em 20 de março de 1649, num sábado pelas 8 horas, lotando diversos barcos e iates, e no dia 6 de abril acabaram de desembarcar na enseada do Mucuripe, mais próximo da foz do rio Pajeú. Marcharam "em boa ordem, em duas divisões com as bandeiras despregadas" para o sítio visado que era "o outeiro chamado Marajaitiba, ao sopé do qual corre um belo rio dágua doce" (por eles chamado Marajaík). Esse pequeno rio denominou-se, depois, Ipojuca, Telha e, por fim, Pajeú (rio do feiticeiro).

"Não tendo deparado com sítio algum mais próximo e melhor, resolvi construir aqui, com toda a brevidade possível, a nossa fortificação" — diz Beck no seu citado relatório, selando com essa expressão o início ou fundação da futura cidade, que seria Fortaleza, a capital cearense.

E "ao amanhecer do dia 9, depois, que chegaram a terra as ferramentas, machados e foices, o comandante Maes mandou duas esquadras de soldados rocar e limpar o terreno no sítio em que devia ser levantada a fortificação, a fim de que o engenheiro possa traçar devidamente o respectivo risco". No dia 10 esse risco foi traçado pelo engenheiro Ricardo Caar e a construção "diligentemente começada por duas esquadras, con-

sistindo ao todo em 40 soldados, diariamente revezados por ternos de esquadra até ser terminada a obra".

Das ruínas do forte de São Sebastião, na barra do Ceará, foi trazido, num carro puxado a braço de negros e soldados, o pouco que se podia aproveitar — telhas, já a maioria cobrindo as palhoças dos índios, e velhas peças de artilharia.

Tinha esse castelo, de começo e conforme planta que acompanha o *Diário*, a forma pentagonal e era de pequenas proporções o que foi posteriormente reconhecido, providenciando-se, sem demora, a sua ampliação, começada em 7 de agosto.

Assim se fez depois de chegado, pelo iate "Wittepaert", o major Gartsman, que vinha comandar a milícia da expedição.

Reexaminaram o local do antigo forte da barra do Ceará, distante nove quilômetros, e reunidos em conselho de guerra, aceitaram a conclusão de que o porto, ali, estava imprestável para a entrada e saída dos navios, sendo, portanto, mais aconselhada a permanência da bateria do Schoonenborch no Pajeú: "por achar-se em melhor situação a posição do que o antigo."

A ampliação feita permitia maior alojamento à tropa e aos prateiros, assim como se incluíam no seu interior uma padaria e outras instalações.

O Schoonenborch, de madeira, estava situado no mesmo local em que, no ano de 1816, foi levantada, em alvenaria de tijolo e cal, a Fortaleza de N. Senhora da Assunção: consta do auto lavrado em 12 de outubro de 1812, em presença do governador Manuel Inácio de Sampaio, que naquele momento se "dava princípio à edificação da dita Fortaleza no mesmo sítio em que havia a dita bateria".

Enquanto preparava o seu baluarte defensivo, Matias Beck intensificava as pesquisas da mineração, ora na Itarema, ora noutros lugares, sem contudo obter resultados apreciáveis. Não esquecia, por sua vez, o plantio de cereais e do da mandioca, a fim de garantir o sustento de sua gente.

As primeiras amostras conseguidas pelo engenheiro João Castiliaen, apenas produziram "um pequeno fragmento de prata, do tamanho aproximado de um grão de saraiva, extraído de uma libra do mineral". As decepções se foram sucedendo e, noutro dia, de sete libras de minério somente meia libra de prata foi retirada. E, apesar da mudança constante das escavações, nada se conseguiu melhor, recorrendo-se, por último, a procuras na serra da Ibiapaba, mas inutilmente.

A força de ânimo de Beck não supria os fracassos da mineração, e a sua posição era agravada com as notícias fan-

tasiosas dos índios que, manhosos, lhe comunicavam a existência de minas imaginárias, a troco de vantagens de toda espécie.

Lógico era que não poderia ir além a missão de Matias Beck, ao correr de cinco anos, porem as suas agruras iriam passar ao toque da agrura maior da sua retirada com a derrota holandesa no Brasil, embarcando-se com todos os seus em direção da ilha de Barbados.

Se mais não deixara, pelo menos plantou os alicerces de uma cidade, hoje cheia de progresso e vida, que agora já lhe rende as homenagens que merece, como seu verdadeiro iniciador.

Injustificável movimento de opinião pretendeu negar a Beck a qualidade de fundador histórico da cidade de Fortaleza, que — bem acentua Th. Pompeu Sobrinho — teve "o seu primeiro prédio, o cristal estimulador da sua nucleação", no forte Schoonenborch.

Prurido de sectarismo religioso inspirou tal movimento, chegando-se a emprestar à pessoa de Matias Beck a pecha de pirata, bandido aventureiro, calvinista insólito, um homem de ferro, de matar e morrer, de incendiar e depredar, de destruir e desaparecer.

Mas o exame sereno e meticuloso dos fatos históricos, relacionados com o comandante Beck e sua viagem, literalmente demonstram essa distorção.

A empresa teve cunho oficial do seu governo e foi meticulosamente preparada com os elementos indispensáveis a uma organização de tal ordem, que visava à reconquista do Ceará pelos flamengos e à exploração de seus produtos minerais. "A expedição teria esse duplo fim: a ocupação definitiva do Ceará e a exploração de suas minas" — acentua Alfredo Carvalho.

Vieram soldados, operários, engenheiros, alguns acompanhados de suas esposas, dentro da mais elogiável disciplina, e não piratas ou flibusteiros afeitos a incendiar e matar.

Longe de ser um renegado, era o chefe espírito profundamente religioso, trazendo como figura central do cometimento um representante de Cristo, o ministro Kempins, com a finalidade de instruir os nativos, "batizar aqueles de seus filhos que ainda estiveram pagães, casar os que viverem juntos ilegitimamente, esforçar-se por imprimir entre eles a boa ordem e disciplina cristã, pregar-lhe em sua língua a santa palavra de Deus". No teor de seu *Diário,* ou melhor, dos fragmentos de seu *Diário,* vinte e uma vezes invoca Beck esta santa palavra.

Era homem de alta posição oficial, Comandante do Regimento dos Burgueses e deputado à Câmara dos Escabinos do

Recife, e só isto representava enorme prestígio no seio do povo.

Casado, autor de sete filhos brasileiros, mantinha no lar o clima de fé e, se orava a Deus com o ritual reformado, de modo algum esta circunstância serve para que seja julgado com o anátema da heresia. O doce Filho de Nazaré não é exclusivo de nenhum dos grupos em que se dividiu o Cristianismo, e sim de todos aqueles que o adoram, fiéis às belezas da sua doutrina admiravelmente baseada no amor e compreensão dos homens.

Saído do Ceará, fixou-se Beck em Curaçao, possessão holandesa desde 1634, servindo a princípio como Vice-Governador da Colônia, sob as ordens de Pieter Suyvesant, e como Governador de 1659 a 1668. Nasceram-lhe ali outros filhos e ali faleceu neste último ano.

* * *

Vê-se bem claro que o grande empecilho do avanço do homem branco na conquista do território cearense foram os índios que o habitavam.

Von Martius, o notável naturalista que tanto se dedicou aos estudos da fauna e flora brasileiras, classificou-os em nove grupos: tupi-guarani, jê ou crã, guck ou coco, cren ou gueren, pareci ou poragi, goitacá, aruaque aroaquis, leguá ou guacuru e índios de transição entre a sua e a cultura do português colonizador. Há várias outras tentativas de sistematização.

Capistrano de Abreu sugeriu, de referência aos índios cearenses: "ocupado (o território) por tupinambás ou potiguaras, chegados recentemente do Rio Grande do Norte, e por tupiniquins ou tabajaras, espalhados pela Ibiapaba e residentes aí desde muitos anos, senão séculos, pois constituíam 70 aldeias. Eram numerosos os tapuias, geralmente cariris, primeiros habitantes do litoral, já então recalcados para o interior, exceto no norte, onde os tremembés, também do tronco cariri, dominavam as praias que vão do Camucim até além do Paraíba".

Mas este retrato é incompleto, defeituoso, e não tem sido boa tarefa aperfeiçoá-lo.

Dos POTIGUARAS, POTIGUARES, PITIGUARAS, PIGOARES, fortes e poderosos, tem-se por certo que pertenciam ao galho tupinambá, do grande tronco étnico tupi, derramado pela orla oceânica do Brasil, falando a língua *abanheenga,* ou tupi antigo, e entregando-se, conforme melhor versão, a demorado deslocamento migratório, começando talvez no médio Paraná-Paraguai em busca do Amazonas e, possivelmente, perturbado pela ação

invasora dos brancos, que os obrigaram ora a desviar-se para os sertões, ora a apressar a marcha para o setentrião.

No início da colonização do Brasil, aglomeravam-se os potiguares entre os rios Paraíba do Norte e Jaguaribe, conquanto no mapa Jacques de Vandeslay, datado de 1579, figure a sua existência a contar daquele primeiro rio, então chamado S. Domingos, até o da Cruz (Camucim). Pacificados por Martim Soares Moreno e trazidos das terras do baixo Jaguaribe, aonde algumas de suas cabildas haviam certamente regressado depois da volta de Pero Coelho à Paraíba, para as margens do Rio Ceará, os Potiguares aí se fixaram definitivamente.

Os TABAJARAS, TOBAJARAS ou TOBAIARAS, igualmente do grupo túpico, viviam em grandes áreas na Serra da Ibiapaba, a Buapava dos antigos, onde teriam chegado uns dois séculos antes do Descobrimento e Pero Coelho os encontrou distribuídos em 70 tabas. Seriam, segundo o padre Antônio Vieira, de índole rebelde, até antropófagos, embora na opinião de outros fossem "muito dóceis e trabalhadores" amantes da agricultação.

Joaquim Catunda reconhece que eram "bravos e se achavam mais adiantados do que os outros índios dos sertões circunvizinhos". Pedro Théberge acrescenta que "eram valorosos guerreiros e praticavam a antropofagia, não obstante se aplicarem à cultura do milho e da mandioca".

Sempre foram irreconciliáveis inimigos dos Potiguaras. Os demais gentios do Ceará, à parte algumas tribos ainda não classificadas, formavam três famílias distintas, e, pelos estudos modernos, tidos como grupos étnicos independentes: os cariris, os tarairiús e os tremembés.

Os CARIRIS ou QUIRIRIS figuram na síntese dos principais grupos "apurados" de Capistrano, aceita por João Ribeiro, como "os primeiros habitadores de grande extensão do litoral, onde ainda os portugueses os encontraram em partes do Maranhão e do Ceará e à esquerda do baixo S. Francisco, alhures já repelidos para o sertão antes da chegada dos europeus. Começavam pelo menos do Paraguaçu e chegaram talvez ao Itapicuru no Maranhão e parecem de todo extintos e não ter representante fora do Brasil".

São os cariris-sabujás de Ehrenreich e, para von Martius integravam o ajuntamento Guck.

Entretanto — sustenta Pompeu Sobrinho — "com os progressos dos conhecimentos etnográficos, verificou-se que os cariris formavam uma família independente dos outros gucks de Martius e sem afinidades definidas com qualquer outro grupo étnico. Dos tupis, com que se avizinham a leste, e dos

caraíbas, separava-os a incompatibilidade de línguas; dos jês, que os circundavam ao sul e a oeste, além da língua, muitos e importantes elementos de cultura os diferenciavam". E, posteriormente, situa-os com maior precisão, quanto à sua origem e grau de cultura, em estudo na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 64, p. 314.

O restante do território do Ceará, com exclusão de alguns grupos de menor importância, talvez jês, constituía campo de atividades da outra numerosa grei — os *Tarairiús*, de posição culturo-racial agora bem determinada, devido especialmente às lucubrações do mesmo Pompeu Sobrinho; e dos *Tremembés*, também por ele estudado.

A singularidade da cultura e da língua dos primeiros — esclarece — "justifica plenamente a constituição de uma família étnico-lingüista, que compreenda todas as tribos que se expressavam na mesma linguagem dos jandoins ou num dialeto afim. Os Tarairiús eram índios genuinamente do Nordeste do Brasil, dentro do qual ocupavam enorme área territorial. A denominação Tarairiú, dada à família, pareceu-nos a mais consentânea, por isso que, segundo os autores neerlandeses, ela compreendia as duas subnações dos jandoins e dos canindés, ambas muito grandes. A expressão é grafada pelos holandeses: Tarairyou (Herckman), Tararyuck (Laet); os portugueses escreviam Tararijus".

Indiscutivelmente não eram um povo túpico, visto como falavam língua travada. Igualmente se distanciavam dos cariris pelos caracteres e por outros elementos culturais, como, por exemplo, o costume de comer assados os parentes mortos, para que tivessem estes sepultura condigna, guardados dentro do próprio organismo dos que os estimavam.

Também o fato de dormirem em redes e serem hábeis nadadores os distancia dos jês, com que, aliás são freqüentemente confundidos. Mas ainda outro elemento cultural abre entre os dois povos largo hiato. Tinham os Tarairiús abundante cerâmica, cousa que os jês desconheciam."

Pompeu Sobrinho reputa tarairiús: os jandoins, os canindés, paiacus, jenipapos, jenipapoaçus, javós, camaçus, tucarijus, arariús ou irariús e os xucurus ou xocós antes considerados como tapuias.

E aceita, por outro lado, como sendo família autônoma os TREMEMBÉS, TEREMEMBÉS ou TARAMEMBÉS, que erravam no litoral entre o Acaraú e o Parnaíba, talvez além. Valentes, corpulentos temidos, não se deixavam domar facilmente. Gulosos, hábeis pescadores, davam-se preferentemente à pesca, mas preparavam alguma agricultura. Manhosos no ataque aos

inimigos, amavam as danças, tendo deixado vestígio de costumes coreográficos ainda hoje de certa forma mantidos pelos caboclos seus descendentes. O *torém* é conhecido no município de Acaraú e é executado com interessantes cânticos, animados pela ingestão de bebidas fermentadas, principalmente o suco de caju (mocororó). A sua língua desapareceu, por assim dizer, totalmente.

Como se vê, o mapa étnico-ameríndio do Ceará, quando iniciada a colonização, não apresenta contornos seguros, dadas as deficiências informativas, mas, ainda assim, poderá fornecer material para estudos mais interessantes.

Pode-se afirmar que no momento do primeiro contato civilizador, viviam a fase neolítica da sua evolução, desconhecendo os metais, mas já ingressos numa singular indústria e nos trabalhos da agricultura, algo semelhantemente à de toda a gentilidade brasileira.

Não tira o caráter dessa fase lítica o fato de ter Pero Coelho encontrado, mesclados aos tabajaras, vários franceses armados de trabuco e, por certo, fornecendo-lhes alguns instrumentos de ferro e outros efeitos da indústria européia. A influência desse contato com o branco deveria ter sido bastante fraca, levemente tegumentar, para imprimir qualquer mudança sensível nos hábitos e processos da gente índia, secularmente estratificados.

Portanto, não se errará asseverando que os agrupamentos aborígines do Ceará apresentavam esquema econômico-social mais ou menos parecido aos demais do Brasil, apenas com as alterações nascidas do determinismo geofísico peculiar à região, aliadas às condições de sua cultura de origem.

Concebiam o direito de propriedade sob o aspecto coletivo e não sob o particular ou privado em se tratando da terra. A área territorial destinada à vida da tribo pertencia a todos na sua integralidade, numa espécie de condomínio pró-indiviso, sem qualquer sentido de parte alíquota, todavia. Propriedade tribal, poder-se-ia qualificar.

Ao lado dessa grande comunhão, existia o condomínio ou propriedade familiar sobre a casa, a grande oca, teto de várias famílias, que aí residiam conjuntamente, sem que nenhum tivesse a idéia de tocar-lhe determinada porção do imóvel.

Existia certa fixação territorial e se, por injunções de ordem guerreira, climática ou doutra sorte, os agrupamentos aborígines se deslocavam em mudança mais radical, tais deslocamentos se davam para outros pontos mais vantajosos, dentro da área coletiva, não tendo portanto o caráter do noma-

dismo, que tanto impressionou a alguns dos narradores das épocas coloniais.

A exemplificação de todos esses acontecimentos não é difícil, se atentarmos para o fato de que aqueles povos se mantinham em relativo estado de natureza, com necessidades sociais e econômicas muito primárias e, por conseguinte, com uma organização de trabalho muito simples, sendo fáceis tais migrações.

Quanto à propriedade privada, é fora de dúvida que eles a sentiam talvez com a mesma intensidade que o homem civilizado; sob este aspecto dos direitos reais a sua organização jurídica estava bem esboçada.

Cada qual era senhor dos seus objetos, armas, utensílios, ornatos, instrumentos de trabalho, por ele fabricados ou por eles achados ou conquistados, e os demais aceitavam essa apropriação. O respeito ao que é de outrem, dentro da tribo, e mais estreitamente dentro da taba, é mais forte, porém, o furto a estranhos que não fossem hóspedes, refere Clóvis Beviláqua, era ato lícito.

Esses princípios consuetudinários referentes ao direito das cousas e alguns atinentes ao direito da família, particularmente ao casamento, adjetos a algumas restrições de ordem religiosa, estruturavam a bem dizer a vida diuturna das nossas cabildas nativas. As normas, tão desenvolvidas entre os povos adiantados, concernentes às obrigações jurídicas, entre elas eram quase nenhumas, dada a singeleza das relações pessoais e das condições materiais de existência, pelo desconhecimento de tudo quanto a civilização imaginou e concretizou, tudo quanto foi indispensável regular juridicamente visando ao conforto e bem-estar do homem. E mais o direito contributivo, porquanto neste assunto o conceito de Estado mal espontava na pessoa do chefe ou principal (morubixaba), e do conselho dos velhos ou mais antigos.

O esforço ou contingente individual para a produção não tinha a feição de imposto ou dízimo, ainda que em espécie, senão o de partícula para a composição dum todo, como o trabalho do sócio para o acervo da sociedade.

Tal se verificava não só entre os tupis, como entre os cariris e tarairiús.

No que tange a habitações, os escritores aceitam unanimemente que os tupis as possuíam bem distribuídas e, verdadeiras acrópoles erigidas em sítios eminentes e arejados, nas vizinhanças dos rios, rodeadas de matas e terras férteis", e não assim entre os tapuias, sobre quem alguns escrevem que não tinham "aldeias nem casas ordenadas para viverem nelas".

"Suas povoações — assegura Théberge — compunham-se de cabanas feitas de ramagens ou de folhas de certas palmeiras, reunidas em aldeia, umas vezes cercadas de espécie de muralhas de terra ou madeira em estacada, outras vezes com fossos, a fim de tal forma deter o inimigo da tribo."

A mobilização dessas cabanas era a mais simples: redes de dormir, objetos para o uso da alimentação (cuias, cabaças, colheres, potes, baixela de cerâmica) e de cozinha (alguidares, panelas, pilões etc.), armas (arcos, flechas), utensílios de depósitos (cesto, urus etc.), e instrumentos de trabalho (machados, fusos, teares etc.).

Quanto à caça e à pesca, parece incontestável que os índios do Nordeste não faziam exceção entre os demais do Brasil. Os processos de caçar e pescar lhes são comuns salvo as peculiaridades ditadas pelas condições regionais. Von Martius fala-nos de um direito venatório e Beviláqua pensa que as lendas de Anhangá, Caapora e Curupira são proteções às caças e às árvores úteis.

O regime de agricultura dos índios nordestinos consistia no cultivo da mandioca e do milho, além de outros em menor escala como das abóbaras, do cará, batata doce, feijão, amendoim, fumo etc.

Os plantios fundamentais dessa agricultura eram o da mandioca *(maniot e aypi)*, dos quais se extraíam a afamada farinha de pau e de milho e muitos outros produtos, no meio deles os vinhos das libações festivas.

Mas o que oferece o característico do progresso material de um povo é o adiantamento de sua história e esta leva-nos a crer que os antigos povoadores do Nordeste mostravam estágio industrial bastante avançado do ciclo evolutivo da pedra polida, certo, como é, que ainda não conheciam o uso dos metais: "por que eles não têm coisa que de ferro seja", como já mencionava Pero Vaz de Caminha.

É mesmo de admirar o aperfeiçoamento, a delicadeza de acabamento de alguns dos seus trabalhos manuais.

Têm maior relevo nesta indústria as armas, os instrumentos de trabalho, os objetos de louça de barro e as redes de dormir, em cuja manufatura entravam a madeira, o osso, a pedra, o barro, as fibras e penas de pássaros. Era-lhes estranho, por igual, o emprego do couro.

Os arcos, as flechas, as clavas, os tacapes, faziam-nos, às vezes, com primorosa técnica e emplumação artística.

Os instrumentos de trabalho, eram alguns de madeira ou de osso (quicés, raspadeiras) e os restantes de pedra. Destes

os mais importantes eram os machados, os pilões e almofarizes, as bolas de caça e de guerra, e as mós de discos de trituração de cereais e frutos, todos de uso durante muito tempo obscuro, porém hoje mais ou menos esclarecido.

Para cortar árvores e aproveitá-las usavam machados de pedra duríssima, de natureza silicosa, composta de granulações verde-escuro, unidas por um cimento também silicoso. Os homens do sertão quando as encontram chamam-lhes "pedra de curisco".

Havia outros machados menores, com aplicação na marcenaria dos índios, sendo naturalmente múltiplos os seus empregos.

No Ceará é grande a quantidade de machados de pedra encontrados, hoje reunidos principalmente na coleção (Sala do Índio) do Museu Histórico e Antropológico do Ceará, o que desmente, à saciedade, a alegação de alguns autores de que os florestanos cearenses não praticavam a agricultura e não tinham estabilidade residencial.

Os vinhos eram extraídos, por meio de preparação bastante esmerada, da macaxeira, ou mandioca inofensiva, do milho, do jenipapo e outros frutos, bem como do famoso caju: "e no tempo desta fruta sustenta todos aqueles índios e recolhem muita castanha para o inverno. E fazem cada casal mais de três pipas de vinho do próprio caju e passam muitas que guardam para o inverno", esclarece a *Relação do Siará*, de Moreno.

De jenipapo, do urucu, da tatajiba ou tatajuba e do barro tauá fabricavam-se os corantes para as finalidades da pintura dos objetos e da tatuagem.

Digna ainda de menção é a indústria dos adornos, em osso, madeira, sementes, conchas, plumagem, fibras e pedras, não se devendo esquecer a fiação das redes de dormir, comum aos tupis e a certos tapuias, como é unanimemente reconhecido até por aqueles que os supunham errantistas inveterados e vagabundos.

Todas essas atividades, que entrosavam a vida cotidiana dos agrupamentos índios, se desenvolviam no pequeno círculo das tabas, sem que se mantivessem, de tribo a tribo, relações de mercancia ou doutra natureza, e obedeciam a uma já bem articulada divisão do trabalho, de modo a caberem determinadas tarefas produtivas a determinadas pessoas, conforme o sexo ou idade.

Numa distribuição típica de colmeia, tocava aos homens a construção das casas, a caça, a pesca, o fabrico das armas, dos instrumentos de trabalho, a preparação do rocado, e às mulheres incumbia o cultivo das plantações, a colheita, a fa-

bricação da farinha, dos vinhos e das tintas, a cerâmica, os serviços culinários, a tecelagem da rede.

Isso nos tempos de paz, porque as guerras tinham caráter total, e o esforço produtivo era intenso, sujeitando indistintamente a todos.

Foi esse o panorama da vida indígena que veio encontrar o elemento alienígena, de procedência na sua maioria pernambucana, rio-grandense-do-norte e baiana, dominando o incola, matando-o, expulsando-o, e também com ele se miscigenando e se identificando numa interculturação muito peculiar.

A mistura étnica com índio foi a maior, mais vasta, mais íntima, porque a exploração do território de logo se definiu no sentido curraleiro, para cujos misteres o nativo se prestava convenientemente, sem necessidade do braço negro.

A escravidão azeviche nos campos do Nordeste semi-árido tomou a forma do aproveitamento do aborígine preado no serviço da vaqueirice. O fazendeiro tinha o homem nos labores do curral e a mulher índia nos da casa e no da procriação bastarda.

Entretanto, os cruzamentos legais do europeu com as "filhas da terra" esbarravam no preconceito da branquidade e só em torno das missões ou aldeamentos jesuíticos, onde este último se aglomerava, é que a fusão racial se processou mais larga e mais nivelada. Ainda hoje predomina o elemento caboclo nas áreas em que se instalaram aquelas missões, tais como, por exemplo, Caucaia, Messejana, Parangaba, Pacajus, Baturité, Cariri e Serra da Ibiapaba.

Nessa organização sócio-econômica, que veio caracterizar, no conceito de Capistrano, a civilização do couro, os ombros afros pouco entraram em cena. Restringiram-se aos misteres da criadagem, gerando os "negros velhos" e as "babás", que não sofriam, em regra, o peso e os castigos do eito, como nas zonas dos engenhos de açúcar e nas das minerações.

No Ceará os canaviais mal alimentaram, ou alimentam, modestos engenhos bangüês de fabricação de rapadura, e as catas auríferas mal saíram dos fracassados ensaios da Itarema, de São José do Cariris e das faldas da Serra Grande.

Daí por que a percentagem do sangue africano é pequena dentro das veias do cearense. E também porque, humilde e pouco, o negro não pôde subir na escalada social, ficou em baixo, sem ânimo de interferir na mesclagem da etnia cearense.